

AOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS
DA

VIGILÂNCIA PRIVADA

- A REVISÃO DO NOSSO CCT AINDA NÃO ACABOU – APESAR DE TER COMEÇADO EM 2012!
- *O STAD JÁ SOLICITOU AO MINISTÉRIO DO EMPREGO A CONCILIAÇÃO DO CCT!*
- PLENÁRIO NACIONAL DE TRABALHADORES PARA SE TOMAR POSIÇÃO!
- *GOVERNO PSD/CDS ALTEROU A LEI DA SEGURANÇA PRIVADA DE FORMA A PREJUDICAR-NOS!*
- SITUAÇÃO SOCIAL E A ACÇÃO E LUTA DOS TRABALHADORES E DO STAD!

A LUTA CONTINUA – NO STAD, VENCEREMOS!

COLEGA

A REVISÃO DO NOSSO CCT AINDA NÃO ACABOU – APESAR DE TER COMEÇADO EM 2012! CONVOCADO UM PNT PARA ANALISAR A SITUAÇÃO!

O processo de revisão do nosso CCT iniciou-se em Janeiro de 2012 e têm decorrido num momento muito difícil para o nosso País, o Povo em geral e os trabalhadores em especial. Desde esse momento até agora, já se realizaram 19 reuniões e não existe nenhum acordo de revisão!

Um dos resultados desta situação é que não temos aumentos de salários desde 2011!

Porquê que esta situação existe? Por dois motivos:

O primeiro – É que o Governo do PSD/CDS aplicou ainda mais profundamente e foi mais longe nas políticas, que, já por si mesmo, eram terríveis, do Memorando imposto pela Troika!

Como sabemos, a política do Governo PSD/CDS tem tido resultado ZERO, porque, por um lado, só criou recessão e desemprego, com milhares de falências e cerca de um milhão de desempregados, enquanto que, por outro lado, quer o deficit das contas publicas não desce quer a Divida Publica continua a subir – é um verdadeiro desastre! Recordamos também e especialmente que o Governo Passos Coelho/Paulo Portas fez grandes alterações ao Código de Trabalho (Lei 23/2012), que entraram em vigor no dia 1 de Agosto de 2012, e decidiu não fazer a publicação das Portarias de Extensão, (Resolução do Conselho de Ministros 90/2012), o que criou um grande factor de incerteza no Sector, devido à concorrência desleal que daí pode resultar. Recordamos, por fim, que os cortes cegos impostos pelo Governo nos serviços públicos não só reduziu o serviço prestado ao Povo como reduziu também os contratos de prestação de serviços das empresas de Vigilância Privada ao “cliente” Estado.

O segundo - Porque tem havido por parte do Patronato um aproveitamento de toda esta situação social e política.

Toda esta situação, no seu conjunto, tem complicado totalmente esta revisão do CCT, ou seja, tem sido neste contexto muito complexo que as negociações de revisão do nosso CCT têm decorrido

COMPANHEIRO E COMPANHEIRA

Como dissemos, durante este processo negocial, as Associações Patronais têm-se tentado aproveitar da situação político-social, concretamente, têm mantido uma posição intransigente nas suas posições, isto é, só aceitam negociar a revisão do CCT desde que:

- 1- No clausulado - sejam introduzidas no CCT as recentes alterações ao Código de Trabalho;
- 2- Aumentos Salariais – Zero (= 0%) de aumentos!

Perante esta posição intransigente das Associações Patronais, o STAD tem mantido ao longo destes cerca de 18 meses uma posição de firmeza na defesa dos direitos e interesses da classe trabalhadora, isto é, não aceita negociar um CCT que seja prejudicial para a Classe Trabalhadora no clausulado (o que se passaria, caso fossem integradas as alterações ao Código do Trabalho no CCT) e reivindica aumentos salariais!

Grande parte deste esclarecimento já foi comunicada pelo STAD à Classe Trabalhadora através da informação incluída no Boletim "O VIGILANTE" n.º 1/2012, de 10 de Agosto de 2012.

Neste Boletim dizíamos que, na reunião de negociações entre o STAD e as Associações Patronais realizada no dia 2.Agosto.2012, apesar de não ter havido acordo, as negociações não tinham ficado fechadas e as partes tinham acordado suspender temporariamente as negociações até ao mês de Outubro/2012, tendo ficado logo confirmada uma nova reunião para 10.Outubro.2012. Esta reunião realizou-se neste dia e, depois desta reunião, já se realizaram mais 4 reuniões, tendo a última sido realizada no passado dia 4.Abril.2013. Em todas estas reuniões as Associações Patronais continuaram com as suas posições intransigentes – o que obrigou o STAD a manter-se firme!

Perante este impasse prolongado no tempo e considerando as consequências negativas que a situação de impasse na revisão do Contrato Colectivo de Trabalho poderia trazer para o sector, as partes ainda tentaram acautelar as respectivas posições e, fundamentalmente, afirmar que o CCT da Vigilância Privada é um instrumento estruturante para o Sector e que todas as partes estão totalmente decididas a mantê-lo – apesar das profundas diferenças de opinião acerca do clausulado e dos aumentos de salários.

Porém, apesar do grande esforço feito pelo STAD tentando assegurar esta declaração de princípios que fosse um compromisso de longo prazo, infelizmente não foi possível dar seguimento a este processo através das negociações directas!

Assim, não havia outra alternativa ao STAD que não fosse o de requerer a conciliação do processo de revisão do CCT ao Ministério da Economia e do Emprego.

Para que sejam dadas informações mais detalhadas sobre o processo de revisão do CCT do nosso Sector da Vigilância Privada e para que a Classe Trabalhadora decida quais as posições a tomar, o STAD

CONVOCA UM PLENÁRIO NACIONAL DE TRABALHADORES

PNT DO SECTOR DA VIGILÂNCIA PRIVADA

CIDADE	LOCAL / MORADA	DIA	HORÁRIO
Faro	Sindicato Ind. Met. Metalomecânica – Rua Francisco Barreto, nº 44	24-06-13 2ª Feira	ÀS 10H00
Faro	Aeroporto de Faro	24-06-13 2ª Feira	ÀS 15H00
Setúbal	Sede da Delegação – Largo da Misericórdia, 46,2º	24-06-13 2ª Feira	ÀS 10H00 E ÀS 14H30
Lisboa	Sede Nacional – Rua de São Paulo, 12, 1º	24-06-13 2ª Feira	ÀS 10H00 E ÀS 14H30
Coimbra	Avª Fernão Magalhães, 24, 2º C	20-06-13 5ª Feira	ÀS 10H00 E ÀS 14H30
Porto	Sede da Delegação – Praça Carlos Alberto, 123,3º	21-06-13 6ª Feira	ÀS 10H00 E ÀS 14H30
Funchal	Sindicato dos Cabeleireiros Rua Dr. Fernão Ornelas, nº 6, 2ª C – Funchal Madeira	21-6-2013 6ª. Feira	ÀS 15H00
Ponta Delgada	União Sindicatos Rua do Peru, nº 101 - Ponta Delgada	21-6-2013 6ª. Feira	ÀS 09H00 E ÀS 16H00

O GOVERNO PSD/CDS ALTEROU A LEI DA SEGURANÇA PRIVADA DE FORMA A PREJUDICAR-NOS PROFUNDAMENTE – O CARTÃO PROFISSIONAL DEIXA DE SER PROPRIEDADE DO TRABALHADOR (A) E ATRIBUI À EMPRESA O DIREITO DE APREENDER O CARTÃO EM CASO DE DESPEDIMENTO DO TRABALHADOR, QUER SEJA FEITO COM LEGALIDADE OU NÃO!

CAMARADA

O Governo acabou de publicar a nova Lei da Segurança Privada (Lei 34/2013, de 16 de Maio), que veio substituir a Lei que vigorava até agora. O STAD está a efectuar um estudo dos novos conteúdos desta Lei e muito em breve editará uma informação específica acerca desta nova legislação quadro do Sector.

Porém, desde já afirmamos que a nova Lei introduz uma nova situação que é totalmente gravosa para os trabalhadores e trabalhadoras do Sector: no seu art.º 27º. a nova Lei estipula que o *CARTÃO PROFISSIONAL – CP*, que, até agora, era propriedade do(a) trabalhador(a), que tinha a total responsabilidade por ele, a empresa passou a ter o direito de apreender o cartão em caso de despedimento do trabalhador, quer seja feito com legalidade ou não! A lei estipula mesmo que o(a) trabalhador(a), após a cessação do trabalho, tem 10 (dez) dias para entregar o CP na respectiva entidade patronal - mesmo que exista pendente em tribunal qualquer processo judicial, por exemplo, impugnação pelo trabalhador(a) de despedimento! Esta nova legislação teve, desde a primeira hora, a total oposição do STAD! O CP é do(a) trabalhador(a), muitos pagaram valores elevados em centros de formação para fazerem o curso de vigilantes para poderem trabalhar legalmente. O CP atesta a capacidade de exercer a actividade profissional – sem o possuir, o(a) trabalhador(a) não pode trabalhar.

Porém, a forma agora como a nova Lei estipula, em que a empresa tem o direito de apreender o cartão em caso de despedimento do trabalhador, quer seja com legalidade ou não! Esta nova posição vem atribuir ao patrão um poder efectivo perante o(a) trabalhador(a) que é inaceitável porque o fragiliza ainda mais perante o patrão! Para além da precariedade e do desemprego, agora também o instrumento para o exercício da profissão, o CP, passa a ser um possível instrumento de eventual chantagem face aos trabalhadores – por isto, o STAD opôs-se total e firmemente a esta alteração.

Porém, o Governo PSD/CDS aprovou-a, demonstrando desta forma exemplarmente qual o sentido da sua política!

SITUAÇÃO SOCIAL E A ACÇÃO E LUTA DOS TRABALHADORES E DO STAD!

COLEGA

A situação social no nosso Sector da Vigilância Privada é cada vez mais preocupante: os nossos direitos não são respeitados pela maioria das empresas, aumentou o abuso, a ilegalidade e a intimidação aos trabalhadores, a utilização da chantagem psicológica para reduzir os direitos com o falso argumento da manutenção dos postos de trabalho, infelizmente é uma realidade e que é utilizada de forma covarde! E, nos últimos meses, pela primeira vez no nosso sector, começaram a surgir os despedimentos colectivos!

A violação dos principais direitos dos trabalhadores tem aumentado de forma preocupante, nomeadamente no que se refere a: não pagamento correcto (legal) do trabalho extraordinário; alteração unilateral dos horários de trabalho; imposição (ilegal, usando a intimidação) do *banco de horas*; não afixação dos horários de trabalho bem como os mapas de férias; o atraso constante no pagamento dos salários. Depois, existem casos extremos, como é o caso de empresas como a STRONG, que viola descarada e totalmente o CCT e não paga as horas nocturnas. Para combater esta situação social degradada e totalmente prejudicial para a Classe Trabalhadora, o STAD interveio activamente e organizou e dirigiu a luta da Classe. Assim, o STAD nos últimos meses tem realizado: Reuniões com empresas – Esegur, Loomis, Strong, 2045, Provisé (Açores e Madeira) e Securitas (Madeira); Reuniões no Ministério da Economia e do Emprego - Strong, 2045); Pedidos de intervenção à ACT – Varias empresas sobre varias matérias, como por exemplo, alterações ao horário de trabalho, ferias, condições de SHST e fardamento; Intervenções contra os despedimentos colectivos – Na SECURITAS/Madeira e Açores, PROSEGUR/Madeira, SVP e na ESEGUR, defendendo os trabalhadores despedidos – Plenários de trabalhadores e contactos nos locais de trabalho – A Direcção Nacional tem realizado centenas de contactos e dezenas de plenários com a classe trabalhadora para os informar dos direitos e os dinamizar e mobilizar para a sua aplicação, em especial, sobre os despedimentos colectivos e a aplicação do regime da Lay-Off.

COM A ACÇÃO E LUTA, CONSEGUIRAM-SE IMPORTANTES VITÓRIAS!

Na 2045 E ESEGUR – Pagamento das médias do trabalho noturno nas férias, subsídio de férias e subsídio de Natal; na 2045 – Devolução da caução do fardamento; no GRUPO 8 – Pagamento do subsídio de alimentação – A empresa afirmou que a média anual do subsídio de alimentação é de 21.7 dias e que, no final do ano, fará os acertos e que pagará a diferença até ao dia 31 de Janeiro do ano seguinte. Se ainda a não recibes-te, dirige-te ao STAD para se tratar do assunto; na PROSEGUR/TVA S – Acordo sobre o trabalho em dia feriado.

CAMARADA,

Estas são as informações mais importantes que neste momento existem para os trabalhadores e trabalhadoras do Sector da Vigilância Privada – agora, temos que participar no PNT, fazer a Greve Geral de 27 de Junho e continuar UNIDOS, ORGANIZADOS e a ter um forte espírito de LUTA, única forma de combater o Governo PSD/CDS que nos prejudica completamente e de enfrentar e vencer as ilegalidades das empresas incumpridoras e a intransigência das Associações Patronais!

A LUTA CONTINUA – NO STAD, VENCEREMOS!

Comunicado Nº. 58/2013 – Lisboa, 9/6/2013

A DIRECÇÃO NACIONAL



Sede Nacional: Rua de S. Paulo, Nº 12 -1º -1200-428 Lisboa- Tlfs: 213463756
21-3475596/9- Fax 213475590 – email: stad_nacional@stad.pt - www.stad.pt

STAD

